

ROBSON SÁVIO: Boa tarde para todas e todos, eu gostaria... Meu nome é Robson Sávio, Coordenador da Comissão da Verdade aqui de Minas Gerais, gostaria inicialmente de compor essa mesa chamando a minha colega que vai coordenar essa audiência pública, a Professora Maria Céres Pimenta Spinola. Eu convido também os nossos depoentes, participantes, colaboradores neste momento, a Vilma Fazito, a Mirian Chrystus, o Deputado Nilmário Miranda, Secretário de Estado de Participação Social, Cidadania e Direitos Humanos, o jornalista Aloísio Moraes, e também jornalista Manoel Guimarães, o jornalista Carlos Lindenberg. O outro nosso convidado Washington Mello ele deverá chegar daqui a pouco, ele teve um pequeno probleminha e em instante ele deve estar conosco também. Eu gostaria de inicialmente agradecer a presença de todas e de todos nessa 1ª Audiência Pública da Comissão da Verdade de Minas Gerais desse ano e quero também, inicialmente, registrar a presença dos membros da Comissão da Verdade estão aqui presentes, (trecho incompreensível) aqui do meu lado nós temos o Coordenador Adjunto, o Jurandir Persichinni, o Jurandir aqui, nós temos também a Professora Emely Vieira Salazar, o Carlos Melgaço, o médico Doutor Carlos Melgaço. Alguns dos nossos colegas, como o Paulo Valadares, ele não está presente, porque ele está numa... Paulo Afonso, em uma atividade de campo, e acaba de chegar a Professora Celina Albano que também faz parte da nossa Comissão da Verdade aqui em Minas Gerais. No atual momento, a Comissão da Verdade, ela empenha todos os seus esforços na finalização dos trabalhos de pesquisa, incluindo oitivas e audiências públicas, com o intuito de cumprir seus objetivos institucionais. De acordo com a Lei 20.765/2013, que instituiu a Comissão da Verdade de Minas Gerais, a COVEMG objetiva esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações aos direitos fundamentais, identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionadas direta ou indiretamente à prática de violações aos direitos fundamentais, inclusive as suas eventuais ramificações dos diversos aparelhos estatais e na sociedade civil. Colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação aos direitos fundamentais, observadas às disposições legais, recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais. Promover, com base nos informes obtidos e as averiguações efetivadas, a reconstrução da história dos casos cabíveis em suas atribuições, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas ou a seus familiares. A Comissão da Verdade em Minas foi instituída pelo governo do estado em 2013 e teve seu mandato prorrogado pelo Governador Fernando Pimentel em 2015. Tem como finalidade, portanto, reconstruir a verdade da história com foco especial na luta pela democracia, analisando e dando

voz aos vários seguimentos e grupos do povo mineiro que empreenderam o combate à Ditadura Civil Militar implantada no Golpe Militar de 1964. Nosso trabalho é realizado por meio de Audiências Públicas, oitivas e amplas pesquisas em dezenas de arquivos, em fontes primárias e secundárias e na bibliografia existente sobre o tema. A Comissão estruturada em subcomissões temáticas que investigam graves violações aos direitos humanos dos mineiros, como a subcomissão da tortura, dos locais de tortura, a questão do assassinato, do desaparecimento, as prisões arbitrárias, as perseguições aos trabalhadores rurais e urbanos e aos grupos indígenas, entre outros grupos e subcomissões. Além da colheita de depoimentos sobre graves violações dos direitos humanos cometidos por agentes do Estado, as Audiências Públicas são fundamentais neste momento que vivemos e também para a história e para a busca da verdade, porque servem para aproximar os parceiros de diferentes seguimentos da sociedade que buscam um esclarecimento da verdade e a preservação da memória histórica sobre os crimes ocorridos no Brasil, principalmente durante o período militar e ditatorial. Nesta Audiência Pública ouviremos jornalistas e outros agentes culturais mineiros que darão o seu depoimento e sua contribuição a cerca da censura aos meios de comunicação e espetáculos culturais. A investigação dos eventos de censura tem como objetivo reconhecimento, por parte do Estado mineiro, das violações ao direito à informação que aconteceram, principalmente, em Belo Horizonte, no Estado, entre 1964 a 1985. Quero agradecer muito a presidência do Aloísio Morais, a presença, do Washington, do Carlos Lindenberg, está aqui. Ah! O Washington vai chegar. Está aqui a Vilma Fazito... Que darão os seus testemunhos sobre o cerceamento das liberdades de expressão e sobre as formas de resistência que eles encontraram para o exercício do jornalismo nos chamados Anos de Chumbo. Agradeço também os que nos narrarão sobre experiências alternativas, como o Jornal dos Bairros e o De Fato e a ação dos sindicatos dos jornalistas. Meu agradecimento então ao Manoel Marcos Guimarães, né? E o Nilmário Miranda e também à Mirian Chrystus. O Secretário Ângelo Oswaldo, ele foi convidado, mas por problemas de agenda não pôde participar e, como eu disse anteriormente, o Washington Mello deverá chegar a pouco. Por fim, meu agradecimento também aqui pela COVEMG que organizou com todo carinho essa audiência, as pessoas da Helena Amorim e Vanuza Nunes. E quero agradecer a todos, mais uma vez, pela presença e pela deferência de estar aqui, inclusive nosso Secretário... Subsecretário de Promoção dos Direitos Humanos. Eu passo a palavra agora para a integrante da Comissão da Verdade de Minas Gerais e Coordenadora da Subcomissão VI, que trata, entre os temas, do chamado Eixo das Outras Violações dos Direitos Humanos, cujo Grupo A dessa subcomissão trabalha com a temática

Censura aos meios de comunicação e aos espetáculos artísticos e culturais, a Professora Maria Céres Pimenta Spínola Castro então coordenará essa audiência pública.

MARIA CASTRO: Obrigada Robson. Boa tarde a todos vocês. Meus agradecimentos pela presença de todos, mas também meus agradecimentos especiais aos convidados aqui nessa audiência que, com certeza, contribuição para o trabalho da Comissão da Verdade. Esse trabalho que a gente vem fazendo, nesta Subcomissão VI, e que diz respeito à violação dos outros direitos violados, ele aborda quatro grupos pequenos. Um foi a cassação dos representantes políticos e exoneração dos servidores públicos por atos de exceção. Esses trabalho está quase que terminado, está faltando a gente apurar apenas alguns casos no interior do estado de cassação de trabalhadores. O segundo grupo é a repressão às universidades e ao movimento estudantil, que nós estamos trabalhando identificando nas instituições universitárias que existiram naquele período qualquer tipo de repressão que elas sofreram e, no caso específico, também o movimento estudantil. Com relação a isso, no dia 06 de abril nós vamos fazer uma Audiência Pública com as lideranças estudantis de instituições públicas e privadas de Minas Gerais, na qual a gente já convida todos vocês também para vir conhecer esses depoimentos e esses atores. O terceiro grupo é esse, censura aos meios de comunicação, espetáculos artísticos e culturais e interpretes. Como a gente tá... O Robson já disse, a gente trabalha com pesquisa de arquivos, busca de informações bibliográficas, né? E, através da coleta de depoimentos de oitivas e de audiências públicas, as provas que a gente chama de testemunhais. Todos os eventos que a gente vai trabalhando, a gente busca uma de cada uma dessas três provas, uma prova testemunhal, uma prova documental e uma prova que a gente chama de bibliográfica, entendendo aí nas questões (trecho incompreensível) falou uma coisa muito interessante que aquilo que foi publicado é possível ser comprovado ou contestado. Nesse sentido a gente trabalha com publicações, sejam eles, né? Publicações mais vistas, ou artigos acadêmicos, ou livros e etc., então a gente tem trabalhado dessa forma. Terceiro grupo... Quarto grupo diz respeito às crianças e adolescentes que não puderam conviver com os seus progenitores, porque eles foram mortos, desapareceram ou ficaram um tempo muito grande na prisão, impedindo então a convivência entre os filhos com os pais. Esses trabalhos têm andado, eu gostaria de não tomar muito o tempo de vocês, mas eu queria dizer antes, têm andado também muito pela colaboração de que a gente tem tido, além de todo o pessoal da comissão, dos membros da comissão, pelos assessores, agora pelos bolsistas, né? Estagiários da iniciação científica, e também pelos voluntários. Então eu quero agradecer em primeiro aos voluntários, na

... pessoa de Vanessa (trecho incompreensível), né? Que tem trabalho com a gente muito. Quero agradecer os bolsistas Cláudia Fonseca, que a gente conhece como Pipoca, que há muitos anos é minha aluna, né? Que já está (trecho incompreensível), a Jaana também, que é, como se diz? Né? O Cristian, que não sei se está aí, que é... Que está na... É, iniciação científica, e o Celso e o Alexandre, que são assessores e que tem trabalhado para que a gente possa fazer isso tudo. E nas pesquisas que foram feitas, nós temos... Eu trouxe duas pesquisas para mostrar o tipo de pesquisa e o tipo de documentação. Aqui tem, por exemplo, um documento da pasta do arquivo do 1º Exército, tá? E que é Instruções para Execução da Censura, Belo Horizonte 16 de dezembro de 68, as finalidades, as normas do campo político, no campo econômico, no campo... Social e os encargos do censor na imprensa escrita, na imprensa... No campo... Imprensa escrita, na imprensa falada, na imprensa televisiva, tá? E uma outra coisa também que vocês conseguiram no arquivo da DOPS, é um documento de 1961, portanto, antes do golpe... Passo as mãos e olhos para o seu secretário. Passo as mãos à vossa excelência para os devidos fins. Expediente oficializado em forma de ofício pelos Coronel (trecho incompreensível), do gabinete de Conselho de Segurança Nacional (trecho incompreensível). Chefe de Departamento de Ordem Política e Social. Vem informando aqui a honra de solicitar o vosso ofício no incentivo que seja elaborada através da Secretaria de Estado um levantamento dos elementos Comunistas que atuam na imprensa, quer seja na falada, televisada ou escrita. Isso em 27 de outubro de 1960. E aí tem outros profissionais que trabalhavam na imprensa naquele período, tá? E está escrito 1960 e o documento é de 1961, tá? E que tem os funcionários do Diário da Tarde, Jornal. Aí ele avisa aqui que: Os grifados a lápis vermelho com uma cruzinha... Os grifados a lápis vermelho são elementos que registram vários antecedentes do (trecho incompreensível). Os grifados a lápis vermelho com uma cruzinha são os elementos pertencentes ao extinto Partido Comunista do Brasil. Belo Horizonte 03 de julho de 1961. E aí vem Diário da Tarde, Estado de Minas, e aqui estão revisores (trecho incompreensível). Todos os profissionais de 60 e 61, né? Isso é importante pra gente ter que, né? Tava armando, facilitar o Golpe, né. E aí então neste sentido é fundamental para a gente também ver que depois de 64 como é que se procedeu com relação à censura aos meios de comunicação e em especial depois de 68, né? Com a chamada Lei de Imprensa contra a qual esses, os sindicatos jornalistas lutou tanto (trecho incompreensível), né? Sob o comando de (trecho incompreensível). E gostaria então de começar, a gente, os nossos trabalhos, os depoimento. O sistema que a gente trabalha aqui na questão da audiência pública, eu queria só informar pros presentes, é o seguinte, cada um dos participantes aqui assinou um

termo de autorização para que o depoimento seja gravado e possa ser usado na elaboração do relatório. A gente passa a palavra para a pessoa dar o seu depoimento, eventualmente (trecho incompreensível) tenha ficado claro uma data ou um determinado tipo de informação, a gente pode fazer pergunta eventualmente, né? E é assim todos os depoimentos, e só depois que todos depoimentos feitos é que a gente abre questões para o público no tempo que for possível. Tá? Então, eu gostaria mais uma vez agradecer, pedir desculpa porque eu demorei um pouquinho na minha fala, mas para informar melhor como funciona, tá? E aí eu gostaria de passar a palavra em primeiro lugar para o Manoel Marcos Guimarães, que foi presidente do Sindicato dos Jornalistas durante um período e... Foi jornalista no mesmo ano de diferentes veículos de comunicação e durante também muito tempo, nós fomos colegas, né, Manoel? Na universidade (trecho incompreensível) Chefe de Comunicação na instituição, né? Foi o primeiro redator do Boletim, do Boletim da universidade, né? E atuou como Secretário da Comunicação na Prefeitura de Belo Horizonte, e eu gostaria de agradecer a sua presença e fique à vontade para prestar o seu depoimento.

MANOEL GUIMARÃES: Bom, eu-eu temo que meu, meu depoimento esteja um pouco periférico, até porque eu sou... Eu sou testemunha, né? De vários acontecimentos, como profissional, mas contem um episódio específico que eu tenha... (trecho incompreensível) trabalhei na sucursal do jornal Estado de São Paulo, Estadão aqui, e a experiência que a gente tinha de censura não nos afetaram muito diretamente, porque a censura era praticada na edição, em São Paulo, né? Eu, particularmente, claro que a gente ficava sabendo dos assuntos que eram proibidos, né? A história do Estadão, creio que todo mundo conhece, Estadão se tornou uma espécie de uma... Um ícone da resistência à censura pela famosa utilização do espaço com poemas de Camões e receitas culinárias diversas, né? Porque a censura, a censura atuava na oficina do jornal, retirando na última hora matérias que os censores achavam que não deveriam ser publicadas, né? Então o Estadão passou a utilizar esse expediente, né? De substituir esse espaço que era vetado por trechos de Os Lusíadas, do Camões, e possivelmente de receitas, né? A proposito, tem um documentário que foi feito pelo jornalista José Maria Mayrink, que é muito interessante, que ele recolhe vários depoimentos a esse respeito especificamente do Estadão, que não tem haver com o trabalho da COVEMG aqui em Minas, mas é bem interessante, né? Mas, particularmente, eu cobria, na sucursal do Estadão, eu cobria o que a gente chama de Editoria Geral, a sucursal tinha poucos repórteres e a minha parte era saúde, educação, cultura. E um dos episódios de uma das coberturas que eu fiz que foi censurada, eu estou relatando isso

para vocês terem uma ideia de como era sem nexos a censura, foi a primeira epidemia de meningite que teve no Brasil, né? Noticiar os casos de meningite passou a ser censurado. Era tido como uma... Passou a ser tido como uma capa de segurança nacional, você revelar para o país que havia uma epidemia de meningite, né? Então a gente fazia a cobertura normalmente, as matérias iam, mas não saía nada, durante um vasto período o Estadão não podia publicar. Em outros jornais até saía alguma coisa, mas no Estadão não saía nada a respeito dos casos de meningite. Na UFMG, eu, particularmente, eu entrei na UFMG em 1972, trabalhando lá com o Professor Pedro Carneiro, né? Só trabalhei um pouquinho mais (trecho incompreensível) isso como estagiário, e passei a viver mais de perto, na realidade, quando o Pedro saiu e eu assumi a coordenação, isso em 1974. Um episódio mais violento que a gente enfrentou nesse aspecto foi o do III ENE, a realização do III ENE, em que houve o cerco, a invasão da faculdade de Medicina, e a cobertura dos jornais foi grande, né? No dia seguinte. As das televisões praticamente inexistente. E nesse episódio tive um, assessor de imprensa, um atrito com o... Chefe de reportagem da TV Globo Minas, e ele provavelmente já falecido, (trecho incompreensível) Reis, que queria forçar uma entrevista das pessoas (trecho incompreensível) e de qualquer maneira, sinceramente eu tive que bloquear e dizer (trecho incompreensível) no dia seguinte a invasão, o clima lá tava muito tenso, e tive um bate-boca, enfim, bate-boca mesmo, a palavra é essa, né? cobrando: "Pô, vocês não noticiam os fatos e depois vai querer cobrar do reitor?", a pauta dele era o que o reitor ia fazer para se contrapor à violência policial, etc., etc., uma pauta altamente complicada. E os outros episódios dentro da universidade, já que pega também a questão cultural, diz respeito ao pessoal do (trecho incompreensível), né? A partir do episódio da (trecho incompreensível) os Festivais de Inverno passaram a ser extremamente policiados, houve casos, houve casos em que o DOPS matriculava, né? Inscrevia policiais nos cursos do festival para acompanhar o comportamento, né? A questão no caso, não me lembro, não conheço nenhum episódio de peças teatrais que tenham sido proibidas ou vetadas, eu não participava dessa definição, eu não sei, mas certamente as que não... Não eram dentro das salas de aulas, das oficinas e etc. havia esse acompanhamento, mas a preocupação da... Da ditadura, na época, tinha muito mais haver com a questão comportamental, né? Consumo de drogas, enfim, maconha etc., do que com a questão política, né? O Festival de Inverno não era tido, embora tenha tido uma representação política forte, mas não era uma manifestação vista como uma questão política, né? Cultural, então, aspecto que pesava muito no acompanhamento lá era a questão comportamental e fundamentalmente ligada ao consumo de substâncias não legalizadas. No

sindicato, especificamente, eu assumi o sindicato em 1984, ou seja, a fase do período de censura direta já tinha sido superada e foi... Começa a fase, mas como ainda havia repressão, né? A fase da repressão dos atos de terroristas do Comando de Caça aos Comunistas e etc., né? No primeiro mês do nosso mandato, nós abrimos, talvez o primeiro ato público que nós fizemos lá na Casa dos Jornalistas, foi um ato de solidariedade o Doutor Célio de Castro, que tinha sido um pouco antes vítima de um atentado quando ele fazia uma, Isso eu era presidente do sindicato dos médicos, e ele fazia uma palestra ali no alto da Afonso Pena, na Ultramig, na sede da Ultramig, e acho que o carro dele... Jogaram uma bomba na Ultramig ou no carro dele e etc., né? E nós abrimos a Casa dos Jornalistas, que era um clima muito tenso para fazer um ato de solidariedade ao Doutor Célio. Especificamente quanto a censura de imprensa, aqui em Minas, o meu conhecimento, o meu depoimento, ele diz que, claro que ela existia, mas acho que aqui em Minas, no que diz respeito à mídia estabelecida, mais grave que a censura foi a autocensura, os jornais antecipavam a censura e acolhiam, confesso que a maioria dos jornais brasileiros, né? E se antecipavam. Tem um episódio que não é... Não é nada que eu posso relatar isso com tranquilidade, porque todos os fatos são públicos, mas pra... A gente ter uma ideia do quê que era essa (trecho incompreensível), né? Da... Dos jornais com o poder, houve um momento em que o editor de política do Estado de Minas era simultaneamente assessor de imprensa do governador (trecho incompreensível) diretório municipal da Arena em Belo Horizonte. Quer dizer, ele ocupava esses três cargos simultaneamente. Quer dizer, você não tinha necessidade de ter censura, porque você tinha o controle absoluto do que seria publicado no jornal, né? Mas a prática, a Comissão já levantou alguns depoimentos, a prática era desfiliar os jornais, numa... Sempre que preciso... Parece, que eu não presenciei isso, porque eu trabalho mais os relatos, que nos jornais, pelo menos no Estado de Minas, havia um censor que passava no fim do dia para olhar, para saber o que estava publicando, etc. Mas o costume era que a Polícia Federal encaminhasse pros jornais, diariamente ou periodicamente, uma relação de assuntos que não poderiam ser noticiados no dia seguinte, né? Uma espécie de index proibitório, né? Os episódios mais... Então havia uma lista prévia de pessoas que não podiam nem sequer ser citadas, Dom Helder Câmara, por exemplo, era um deles. Não se podia noticiar nada a respeito disso, né? E... Até então, quando tinha um episódio específico, um funcionário da Polícia Federal ia às redações e apresentava, procurava os editores e dizia: "Olha, tal assunto não pode ser noticiado amanhã.", e ficava por isso mesmo. Aqui na Polícia Federal, durante muitos anos, o policial que fazia isso era um cidadão muito simpático e se chamava Relações Públicas, né? E que visitava (trecho

incompreensível) o Leopoldo Portela, era uma figura muito... amistoso, convivia bem, tal, mas o papel dele era esse, era comunicar aos jornalistas o que não deveria ser publicado. O meu depoimento inicial era esse. Eu não tenho, como eu disse, eu não sou, eu não fui... Participei de um episódio marcante e etc., então eu queria fazer esse apanhado geral e pode ser que no decorrer do debate eu possa acrescentar mais alguma contribuição.

MARIA CASTRO: Muito obrigada, Manoel. Eu gostaria de (trecho incompreensível) pessoas. O Jornalista Washington Mello, que acabou de chegar. Tudo bem? E aí eu gostaria de passar a palavra agora, se me permitirem, ao Secretário Nilmário, pode ser outros, né? Então muito bem, então eu vou passar para Carlos Lindenberg e depois para o Washington, né? Tudo bem? Tô pensando em seguir a temporalidade.

CARLOS LINDENBERG: Boa tarde a todos. É... Uma boa parte que o Manoel Guimarães disse, relatou, eu vivi diretamente. Nessa época eu trabalhava no Estado de Minas e no início, (trecho incompreensível) também trabalhava nessa época, no início da censura (trecho incompreensível) oficiais do Exército, da Polícia Militar, me parece mais do Exército, eles sentavam na redação e todo o material que era produzido no jornal, principalmente na área política e economia, mas tinham também coisas da área de polícia e etc., esse material era submetido à apreciação e a censura desses oficiais que ficavam, aparentemente, apaisana dentro da redação. E aquilo que eles consideravam que eram inadequado, proibido, que seja, ou até que não era do gosto pessoal deles, eles vetavam, ou totalmente ou em parte, mas era época da censura prévia. A convivência da redação com esses censores era uma convivência... Aliás, de conflito, evidentemente, até porque, como disse o Manoel ali, os jornais locais antecipavam a censura e praticavam a autocensura. Primeiro é que não havia também assim um clima de indisposição. Ninguém ia lá ficar batendo um papo, contar piada com um censor, é lógico, mas também ninguém queria... la confrontar, algum tipo de atrito. Até que nesta data, esses censores saíram da redação e teve uma ordem dos (trecho incompreensível) federal daqui ou de Brasília que era, (trecho incompreensível) a isso, que era na verdade uma relação se poderia ou não publicar os jornais. Eu me lembro que isto foi colocado num quadro de aviso na redação, e aí a gente tinha que... O que podia, o que não podia e tal... Era o AI-5 das gerações, né? Ficava exposto lá, né? E a gente trabalhava normalmente e etc. Então eu tive essa experiência direta com a censura no Estado de Minas e com alguns episódios dos quais eu participei e... Me lembro de um deles, foi uma matéria que eu fiz com o então presidente do DCE, se não engano chama Atos Mário da Costa e Silva, ele era presidente do DCE (trecho incompreensível) estado, e havia... Estava

instalado em Belo Horizonte um IPM, Inquérito Policial Militar, que era presidido por Coronel Camarão, a gente chamava ele de PM Camarão. E fizeram uma cópia, entrevistar o Atos (trecho incompreensível) fazer uma apreciação, enfim, sobre o PM Camarão. Eu fiz a matéria, a matéria foi publicada e isso criou um problema, porque o Coronel Camarão queria, porque queria que o jornal oferecesse ao IPM o nome do autor da matéria, que é essa modesta figura. E criou uma... Se leu no jornal, não sei se vou achar aqui, o que... Havia aqui duas redações no jornal, uma redação da redação propriamente dita, e vou citar os nomes (trecho incompreensível) era o Doutor Pedro Agnaldo, que era o editor, né? O geral, que era, e tinha o... Cearense, qual o nome dele? Paulo Cabral, que era o diretor geral do Clube dos Associados. E aí o Pedro Agnaldo queria oferecer o nome, dar o nome, e o Paulo Cabral não queria que desse o nome. E criou-se ali uma discussão que em uma delas, eu me lembro, (trecho incompreensível) contei isso ao Paulo Cabral diretamente. Pedro Agnaldo queria oferecer o nome, ele não queria, até que certa altura, a gente tava na sala quando entrou Pedro Agnaldo “Pedro, quando não tem assinatura do repórter à responsabilidade é nossa, então se você (trecho incompreensível) Coronel Camarão, nós, você e eu, somos responsáveis por essa matéria.”. Bom, nenhum dos dois foram presos, nem eu, minha vida continuou. Anos depois eu encontrei com o Coronel Camarão aqui no (trecho incompreensível) e curioso, como sou repórter, fui tirar a limpo essa história, fui conversar com ele e ele confirmou que realmente houve tudo isso, que não deram o nome, mas que depois ele teve boas informações de dentro da redação do jornal. Bom, uma outra matéria que eu envolvi foi com relação a prisão de alguns padres franceses aqui em Belo Horizonte, na verdade foram três padres fran... Foram dois padres franceses, um belga e um diácono brasileiro. Eles foram presos por agentes do Exército e desapareceram. Ninguém sabia onde estavam, e eu fui escalado para fazer a cobertura dessa situação, que era do primeiro confronto da Igreja com o Estado naquela altura, e eu fiquei então, todo dia eu, ia todos os dias no Palácio do (trecho incompreensível) eu ia no ID/4, que era comandada pelo General Cardoso, enfim, ia na Polícia Federal, ia nesses lugares onde poderia ter algum tipo de informação sobre o paradeiro dos padres, dos franceses, do belga e esse diácono brasileiro, José Geraldo da Cruz, o francês é Michel Le Von, e depois foi professor da UFMG, se não me engano. Até que um dia que eu resolvi... Tem um amigo meu, um já falecido colega, que diz o seguinte: “Todo repórter, todo bom repórter, (trecho incompreensível) repórter deve ter pouco juízo e muita sorte.” Ele até escreveu um livro sobre isso, José Roberto, e talvez por isso, no dia eu resolvi procurar a 4ª Companhia de Publicações do Exército, que fica na Pampulha, num lugar bem escondido, depois do Colégio Militar. Eu fui lá, o motorista da minha

Kombi era o Seu João e o fotógrafo era (trecho incompreensível), agora eu não me lembro... Então eu fui para lá. Chegando no Colégio Militar tinha uma guarita, tinha uns guardas ali, soldados, (trecho incompreensível) acesso ali, e quando eu parei a Kombi, pedi pro Seu João parar a Kombi um pouco antes, parou, e veio os soldados para nos identificar, saber o que a gente queria ali. E quando chegou o soldado perto de mim, foi muito engraçado, porque era um velho amigo meu de Montes Claros, jogador de futebol, lá em Montes Claros. “Uai, Lindenberg. O quê que cê tá fazendo aqui?”, falei: “Oh Roberto, (trecho incompreensível) formado em Direito, sou advogado em Januária, então eu vim atrás dos padres que foram presos, eu fiquei sabendo que eles estão da 4ª Companhia de Comunicação, lá no Colégio Militar, eles estão no 3ª andar do Colégio Militar.”, “Vai lá.”, “Mas eles vão me deixar entrar?”, ele falou assim: “Vai andando.” “Eles estão no 3º andar.”. E assim (trecho incompreensível) a Kombi entrou, ninguém não pediu documento, favor nem nada, entramos e subimos. Entrando, cheguei e subi a escada, o comandante do Colégio Militar na época era o Coronel (trecho incompreensível), ficava a direita a sala dele (trecho incompreensível) as escadas, aí à direita, à esquerda, corredor com alguns quartos (trecho incompreensível) e no primeiro quarto, à direita, abri a porta, estavam lá os padres e o diácono. Eu tive tempo apenas de dizer: “Vocês são os presos, os padres com o diácono?”, “Sim, somos nós.”, perguntei se estavam bem fisicamente, disse: “Estamos.”, não houve nem tempo, porque o fotógrafo que estava comigo (trecho incompreensível) me empurrou de lado “Esses são meus.” Ele era muito abestado “Esses são meus.” E me empurrou e começou a fotografar com uma máquina (trecho incompreensível), fotografando os padres e fez uma meia dúzia de fotos, quando nós ouvimos passos subindo as escadas, aí eu fechei a porta e ele rapidamente, como bom profissional que era, saudoso (trecho incompreensível), já falecido há muitos anos, ele tirou o filme da máquina e falou “Guarda no seu bolso.” Coloquei no meu bolso. Naquela época nós trabalhávamos de terno e gravata, coloquei no bolso e ele colocou um filme novo na máquina rapidamente enquanto subíamos uns três degraus de escada, uns três lances de escada, trocou o filme e aí o Coronel chegou, estava com a porta fechada já, (trecho incompreensível) saber o que estava acontecendo e o Coronel (trecho incompreensível): “O que cê tá fazendo aqui, que absurdo, invasão do colégio, não sei o que...”, jogou aquela bronca, aquele negócio e o soldado que estava com ele, um oficial, não me lembro, foi na máquina do fotógrafo e tomou a máquina, o fotógrafo esboçou uma reação: “Absurdo, não pode ser...”, tomou a máquina, tal e abriu a máquina e pegou o filme, não tinha nada (trecho incompreensível) estava no meu bolso. Aí o Coronel (trecho incompreensível) disse a frase que eu mais gostei na minha

vida: “Para fora.” Eu morrendo de medo de ele me mandar para dentro: “Pra fora.”, (trecho incompreensível) entrei na Kombi e fomo embora. E cheguei no jornal com esse material. Com a localização dos padres, todo mundo queria saber, inclusive muitos Apostólicos estavam em Belo Horizonte naquela época procurando a localização dos padres e o Exército (trecho incompreensível), até que na tarde deste mesmo dia eu fui à ID/4, que era comandada pelo (trecho incompreensível) General Cardoso, e o General (trecho incompreensível) entrevista a imprensa, era mais uma conversa in off ali com a imprensa, e o General Cardoso insistia que os padres não estavam em Belo Horizonte, embora eu tinha acabado de estar com os padres de manhã e eu não aguentei, ao invés de dar o furo, eu preferi desmentir o general, falei: “General, o senhor vai me desculpar, mas os padres estão aqui sim.”, “A onde estão, então?”, “Os padres estão no Colégio Militar.”, então aí acabou o segredo, (trecho incompreensível) dia seguinte os padres estavam no Colégio Militar, eu perdi o furo, mas não podia deixar de dizer ao General que ele não estava dizendo a verdade. Bom, posteriormente, eu tive uma outra experiência (trecho incompreensível) vários depoimentos, eu tive uma outra experiência (trecho incompreensível) o Leopoldo Portela, Leopoldo Portela, era uma figura, eu trabalhava a noite no jornal, passei a trabalhar a partir daí à noite no jornal, porque eu era um espécime (trecho incompreensível) trabalhava como repórter e eu trabalhava como o que fazia a ligação entre a redação e a (trecho incompreensível), que é a oficina, que era no mesmo prédio na Rua Goiás, e uma do Doutor Portela, muito simpático, ele era realmente as relações públicas da Polícia Federal e ele chegava lá quase toda noite, chegava com uma relaçãozinha de matérias ou uma matéria ou mais de uma que não poderiam ser publicadas. A matéria já estava até na oficina, a gente tinha que ir lá e tirar da máquina, às vezes tinha até que parar o jornal, tirar, porque não podia sair aquela matéria, mas o Doutor Portela era encarregado de fazer isso e fazia com muito, muita cordialidade, não vinha também com aquela coisa de autoridade, não: “Oh, você me desculpa eu tá chegando aqui a essa hora, mas é que essa matéria não pode sair, aquela também não pode.”, então a gente tinha que se virar ali para não sair a matéria. Posteriormente, eu tive uma outra experiência eu trabalhava na sucursal da Veja, o Manoel disse aqui, eu tive contato direto com a censura, eu tive na época estava no Estado de Minas e tive esse contato direto, diário com o Leopoldo Portela nestes episódios que eu acabei de narrar aqui agora. Mas na Veja eu tive uma experiência que eu gostaria também de narrar que foi uma... O Vice-presidente da Veja foi impedido de (trecho incompreensível) de assumir (trecho incompreensível) Presidência da República, na doença do Costa e Silva. (Trecho incompreensível) da Veja então se deu a tarefa de criar o PDE, Partido

Democrata Republicano, e passou a se dedicar a isso. E eu que era... Tinha a sucursal da Veja aqui cuidava mais dessa área política, eu insistia em conversar com o Doutor Pedro Aleixo, fazer uma entrevista com ele nas páginas amarelas da Veja, que era lugar que todos nós queríamos frequentar, as páginas amarelas das Veja (trecho incompreensível) nas páginas amarelas. E em um certo... Toda semana ou quase toda semana eu ligava para o Doutor Pedro Aleixo, morava perto do Colégio Estadual, tentava marcar... Teve um dia que ele falou: “Não, pode vir cá, vamos conversar.”, eu cheguei, eu lembro, o Doutor Pedro Aleixo estava adoentado, estava acabando de receber os vereadores de Mariana, terra dele, (trecho incompreensível) falei: “Doutor Pedro, é a nossa entrevista.” “Vamos fazer.” “Vamos. Você sabe já, muito tempo te procurando...” Fiz a entrevista com ele e ele me disse que tava doente, problema respiratório, eu fiquei meio penalizado com a figura ali, meio frágil já, (trecho incompreensível) de carreiras e tudo mais. Eu falei: “Doutor Pedro, eu trouxe aqui umas perguntas por escrito que eu ou fazer para o senhor, o senhor fica a vontade para respondê-las.”, aí deu a seguinte resposta: “Meu filho, na minha casa eu estou sempre a vontade.” A partir daí eu fiquei a vontade, mas fiz a entrevista com o Pedro Aleixo e essa entrevista, está aqui, foi encaminhada à Revista Veja de São Paulo e ela não foi publicada, porque, como vou mostrar pra vocês aqui, ela está toda vetada, toda vetada. Essa matéria não foi publicada. Não tinha nada de excepcional, mas tinha algumas coisas que o censor lá da Veja, lá tinha censura prévia, o censor não deixou passar e a matéria foi vetada. Essa matéria chegou nas minhas mãos, aliás, ela foi publicada no livro do Padre Aleixo, ele diz ter ouvido do pai dele o Doutor Pedro Aleixo e ele publicou essa matéria que eu tenho certeza que estava, continua (trecho incompreensível). A Revista Veja depois fez uma matéria comemorativa dos 35 anos da revista e usou essa matéria como exemplo da ação da censura prévia da revista, e publicou essa matéria aqui. Então, são essas as minhas experiências com a censura, a censura prévia aqui no Estado de Minas e a censura através da Polícia Federal (trecho incompreensível) nesse caso o padre, a entrevista do Costa e Silva (trecho incompreensível) jornal, e essa da revista Veja. Enfim, eu queria... Para terminar, já que nós estamos falando de censura, eu queria lembrar que essa semana nós vivemos uma situação muito parecida com essa época que nós vivemos, com a condução coercitiva do governo de São Paulo, Blog da Cidadania, Eduardo Guimarães, que foi levado sob várias, como se dizia antigamente, para dizer ao juiz de Curitiba, Sérgio Moro, quem teria sido a fonte de informação, que ele havia publicado dois dias antes a Condução Coercitiva do ex-presidente Lula. Eu faço esse registro, porque nós estamos tratando aqui de censura e esta me pareceu... Me parece um tipo de censura, na medida que você conduz

uma pessoa, levar o jornalista sob a alegação que ele não é jornalista, que é pior ainda. Como se um juiz pudesse dizer quem é e quem não é jornalista, então eu queria fazer esse registro para que essas coisas nunca mais voltem a acontecer.

WASHINGTON MELLO: Nós tínhamos combinado que estaria aqui as duas, mas com um compromisso de última hora (trecho incompreensível) atrasar, de avisar que viria que chegaria um pouco atrasado, mas que viria, felizmente estou aqui, acho uma oportunidade muito boa. O motivo desse encontro nosso além de estar (trecho incompreensível) necessário, né, (trecho incompreensível) esses encontros promovam outros encontros, porque com se há uma predisposição de considerar que o brasileiro esquece muito rapidamente os fatos que acontece no dia-a-dia ou que marcam a história política do país, nós precisamos constantemente provocar esse tipo de encontro para que as pessoas não se esqueçam do que aconteceu e há muito pouco tempo atrás, e que hoje muitos jovens não sabem se quer se isso aconteceu. Então é preciso que realimentemos essa memória para deixar que não vire museu, aquela coisa estática ficar lá pra gente ver, olhar, admirar, enquanto que a memória não morre, porque ela é dinâmica e ela é provocativa. Então precisamos sempre relatar o que houve e cobrar porque que houve, ou tomar como experiência o que aconteceu. E aí eu ressalto que infelizmente, por ter atrasado eu perdi um pouco a maior parte do relato do Manoel, mas deve ter sido muito bom e como ele e como o Lindenberg fez, eu confesso que vivi também aqueles momentos, difíceis momentos, mas, felizmente estamos aqui para dizer...